

Bruxelas, 10 de maio de 2019
(OR. en)

7672/2/19
REV 2

AGRI 159
ENV 313
CLIMA 84
ONU 31

NOTA

de:	Presidência
para:	Conselho
n.º doc. Com.:	15011/18
Assunto:	Planeta Limpo para Todos: Estratégia a longo prazo da UE para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima - aspetos relacionados com a agricultura - <i>Troca de pontos de vista</i>

1. Em 28 de novembro de 2018, a Comissão adotou a Comunicação intitulada "Um Planeta Limpo para Todos: Estratégia a longo prazo da UE para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima".
2. A comunicação foi apresentada ao Conselho nas reuniões de 19 de dezembro de 2018 (Energia) e 20 de dezembro de 2018 (Ambiente). Realizaram-se debates de orientação durante as reuniões do Conselho de 18 de fevereiro de 2019 (Competitividade), 4 de março de 2019 (Energia) e 5 de março de 2019 (Ambiente). O Conselho Europeu debateu a questão das alterações climáticas em 21 e 22 de março de 2019¹.

¹ Doc. 1/19.

3. Desde janeiro de 2019, o Grupo do Ambiente tem vindo a debater a comunicação e o documento de análise aprofundada que a acompanha. Os delegados do Grupo das Questões Agrícolas Horizontais (Reforma da PAC) foram convidados a participar na reunião do Grupo do Ambiente de 5 de fevereiro de 2019, durante a qual a Comissão apresentou os aspetos relacionados com a agricultura incluídos na comunicação e no documento de análise aprofundada.
 4. A Presidência tenciona realizar debates em todas as formações pertinentes do Conselho sobre o contributo dos respetivos domínios de ação para obter uma visão global.
 5. A fim de orientar a troca de pontos de vista entre ministros a realizar na reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) em 14 de maio de 2019, a Presidência preparou o documento de referência e a pergunta constante do anexo à presente nota.
-

**Planeta Limpo para Todos: Estratégia a longo prazo para uma economia com impacto neutro
no clima – aspetos relacionados com a agricultura**

Documento da Presidência e pergunta aos ministros

1. A agricultura pode desempenhar um papel importante no processo de transição da UE para uma economia com impacto neutro em termos de emissões de gases com efeito de estufa (GEE). A comunicação reconhece o papel crucial da agricultura, uma vez que esta é responsável por cerca de 10 % das emissões de GEE da UE. Ao mesmo tempo, a agricultura, juntamente com a silvicultura, é também um sumidouro de carbono. O Conselho Europeu concluiu em outubro de 2014 que é necessário reconhecer os múltiplos objetivos do setor da agricultura e do uso do solo, que encerram um potencial inferior de atenuação, assim como a necessidade de garantir a coerência entre os objetivos da UE nos domínios da segurança alimentar e das alterações climáticas. A atual política agrícola comum (PAC) já contribui para os objetivos relacionados com o clima e as propostas sobre o futuro da PAC definem objetivos ainda mais ambiciosos neste domínio. A transição para uma economia com impacto neutro no clima implica transformações no setor agrícola que permitirão à UE garantir a segurança alimentar, contribuindo ao mesmo tempo para a concretização dos objetivos relacionados com o clima.
2. A UE tem estado sempre na vanguarda do combate às causas das alterações climáticas e tem envidado esforços no sentido de uma resposta concertada a nível mundial, no âmbito do Acordo de Paris. Para o efeito, o Conselho Europeu reiterou com firmeza, em junho de 2017, o compromisso assumido pela UE e os Estados-Membros relativamente aos objetivos do Acordo de Paris e, em 22 de março de 2018, convidou a Comissão Europeia a apresentar, até ao primeiro trimestre de 2019, uma proposta de estratégia para a redução a longo prazo na UE das emissões de GEE em conformidade com o Acordo de Paris, tendo em conta os planos nacionais.

3. Em 28 de novembro de 2018, a Comissão adotou a Comunicação intitulada "Um Planeta Limpo para Todos: Estratégia a longo prazo da UE para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima"². A comunicação apresenta uma visão sobre o modo como a UE poderá contribuir, a longo prazo, para alcançar os objetivos do Acordo de Paris. O objetivo dessa comunicação foi lançar um amplo debate, que envolverá decisores europeus e cidadãos, sobre a forma como a Europa se deverá preparar para o horizonte de 2050.

Com base neste debate, a UE deverá poder adotar e apresentar até 2020 a sua estratégia de longo prazo à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), conforme solicitado nos termos do Acordo de Paris.

4. A comunicação destaca as transformações necessárias em todos os setores da economia, incluindo a agricultura, para concretizar a transição para uma economia com emissões líquidas nulas de GEE. De acordo com o documento, a transição deverá ser socialmente justa, tanto para os cidadãos como para as regiões, reforçar a competitividade e assegurar o crescimento sustentável e o emprego.
5. A comunicação apresenta oito cenários para a UE que permitiriam reduções das emissões de GEE que vão dos –80 % até 2050 (em comparação com os níveis de 1990) às emissões líquidas nulas de GEE até 2050. Sublinha-se que os setores da agricultura e da silvicultura são únicos na medida em que também podem remover CO₂ da atmosfera. Estas remoções anuais são atualmente significativas, uma vez que resultam num sumidouro líquido na UE de cerca de 300 milhões de toneladas de CO₂. Mas tal não é suficiente para compensar as restantes emissões sem medidas adicionais de reforço do papel dos nossos solos. Por conseguinte, são necessárias ações adicionais para explorar a forma como a biomassa pode ser fornecida de uma forma sustentável, ao mesmo tempo que se reforça o nosso sumidouro natural ou em combinação com a captura e o armazenamento de carbono, os quais podem resultar em emissões negativas. A comunicação sugere que alcançar o nível de emissões líquidas nulas de GEE exigirá a maximização do potencial das opções tecnológicas e da economia circular e a implantação em larga escala de sumidouros de carbono naturais terrestres, nomeadamente nos setores agrícola e silvícola.

² Doc. 15011/18.

6. A fim de assegurar a via para uma economia com emissões líquidas nulas de GEE, a comunicação descreve sete componentes, estando uma delas mais explicitamente ligada à agricultura do que as outras: usufruir plenamente dos benefícios da bioeconomia e criar sumidouros de carbono essenciais. No que se refere a esta componente, salienta-se que, com o crescimento demográfico, a agricultura e a silvicultura da UE terão de fornecer alimentos, alimentos para animais e fibras em quantidade suficiente. As emissões de GEE que não CO₂ provenientes da produção agrícola podem ser reduzidas graças a métodos de produção eficientes e sustentáveis. A digitalização e as tecnologias inteligentes constituem a base para a exploração agrícola de precisão. A inovação desempenha um papel cada vez mais importante e contribui para aumentar a produtividade. As reservas de carbono nos solos agrícolas podem ser reforçadas mediante o recurso ao plantio direto e a utilização de culturas de cobertura. É fundamental manter e aumentar ainda mais o sumidouro natural das florestas, dos solos e das terras agrícolas.

Outra das componentes – uma indústria da UE competitiva e a economia circular enquanto facilitador-chave para a redução das emissões de GEE – faz referência à utilização eficiente em termos de recursos no que toca às matérias-primas e à biomassa.

7. A estratégia a longo prazo da Comissão sugere a criação de um quadro facilitador para incentivar a transição a longo prazo. Alguns dos elementos desse quadro são a investigação, a inovação e os investimentos. No que diz respeito aos impactos económicos e sociais, salienta-se que as zonas rurais terão de manter uma mão de obra suficientemente qualificada para responder às necessidades crescentes e em evolução nos setores agrícola e silvícola, ao mesmo tempo que se veem confrontadas com uma redução da população rural.
8. A estratégia da Comissão define uma série de prioridades fundamentais que deverão orientar a transição para uma Europa com impacto neutro no clima. Uma dessas prioridades passa por promover uma bioeconomia sustentável, diversificar a produção agrícola, pecuária, aquícola e silvícola, aumentando a produtividade, ao mesmo tempo que se adapta às alterações climáticas, preservar e recuperar os ecossistemas e garantir o uso e a gestão sustentáveis dos solos naturais e dos recursos aquáticos e marinhos.

9. A comunicação apela a todos os intervenientes políticos europeus e nacionais, bem como às partes interessadas do setor privado e aos cidadãos europeus, para que assumam um papel ativo no debate e na identificação de medidas para criar uma economia hipocarbónica competitiva, abordando, ao mesmo tempo, tanto os desafios como as oportunidades.
10. A visão multifacetada e interdisciplinar apresentada na comunicação exige uma ação coordenada num vasto leque de domínios, entre os quais a agricultura que, a par da energia e dos transportes, é dos mais importantes.
11. A comunicação convida todas as formações competentes do Conselho a realizarem amplos debates de orientação sobre o contributo das respetivas áreas de competência para a estratégia global a longo prazo da transição da UE para uma economia competitiva e com um impacto neutro no clima. Neste contexto, os ministros responsáveis pela Agricultura são convidados a debater os principais elementos da comunicação relacionados com a agricultura.
12. A troca de pontos de vista a realizar na reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) destina-se a ajudar na definição das principais orientações estratégicas e explorar a visão dos Estados-Membros para o horizonte 2050, com base nas metas acordadas para 2030.

Pergunta

Consideram os ministros que a Comunicação da Comissão intitulada “Um Planeta Limpo para Todos” aponta a direção certa para que a UE contribua a longo prazo para a concretização dos objetivos do Acordo de Paris no que se refere aos setores da agricultura e da silvicultura? A este respeito, quais são, no entender dos ministros, as necessidades mais prementes de ação a nível nacional e da União em matéria de política agrícola?
